

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4430/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 50ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Jiskia Sandri Trentin, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 1º.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4431/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 40ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 1º.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4432/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 26ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 42ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 26.9 a 7.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4448/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 3 a 7.10.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1994, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4433/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 12.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4434/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 12.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4435/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bataguassu, Edival Goulart Quirino, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca nos dias 8 e 9.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4447/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 31.10 e 1º.11.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2020 a 7.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4442/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 23 a 30.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4443/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 17 a 21.10.2022, referentes aos feriados forenses de 20.12.2017 a 6.1.2018 e 20.12.2018 a 6.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4429/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Janeli Basso, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0803743-73.2019.8.12.0045, em trâmite na 1ª Vara Cível da referida Comarca, no dia 15.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4428/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 15ª Promotora de Justiça de Dourados, Claudia Loureiro Ocariz Almirão, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 1º.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4427/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca no dia 1º.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4446/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 1 (um) dia de compensação no dia 8.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 11.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4426/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Paranaíba, no julgamento dos Autos nº 0000003-56.2021.8.12.0018, no dia 6.9.2022; e tornar sem efeito a Portaria nº 3939/2022-PGJ, de 3.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4425/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para participar do curso "Primeiros Socorros", no dia 5.9.2022, no prédio-sede da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos à respectiva unidade de serviço.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4449/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas no período de 21 a 25.11.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4440/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2019/2020 e 2020/2021, a serem usufruídas no período de 7 a 9.11.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4456/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjian Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 22ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 15 e 16.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4457/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Paranaíba, Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 12.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4437/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 2 (dois) dias de compensação nos dias 8 e 9.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 29.2 e 1º.3.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4458/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no dia 8.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4459/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 8ª Vara do Juizado Especial (Unidade 1) – Justiça Itinerante – da referida Comarca no dia 8.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4460/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Justiça Militar Estadual nos dias 12 e 14.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4438/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 9 (nove) dias de compensação nos períodos de 26 a 29.9 e 3 a 7.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 9 a 16.10.2017, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4439/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 30.9.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.2002, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4445/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 1 (um) dia de compensação no dia 12.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 21 a 24.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4455/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca no dia 6.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4441/2022-PGJ, DE 5.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 2 (dois) dias de compensação nos dias 3 e 4.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 27.4 a 4.5 e 25.5 a 1º.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4462/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão da Ouvidoria do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul no período que antecede às eleições de 2022, conforme segue:

DIAS DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA
3, 4 e 7.9.2022	Renzo Siufi

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4444/2022-PGJ, DE 5.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 11 e 12.9.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4375/2022-PGJ, DE 31.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3788/2022-PGJ, de 28.7.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de agosto de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
31.8 (19h01min) a 8.9.2022 (11h59min)	7ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345

- passe a constar:



PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
31.8 (19h01min) a 8.9.2022 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4390/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de setembro de 2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
8 (19h01min) a 14.9.2022 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152
14 (19h01min) a 22.9.2022 (11h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura	98478-2033
22 (19h01min) a 28.9.2022 (11h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	98403-5333
28.9 (19h01min) a 5.10.2022 (11h59min)	9ª	Luciano Anechini Lara Leite	99675-9777

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4392/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2022, nos termos da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
3 e 4.9.2022	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
7.9.2022	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
10 e 11.9.2022	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568 99140-3002
17 e 18.9.2022	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Ivinhema	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689 (44) 99775-3021
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
3 e 4.9.2022	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388
7.9.2022	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
10 e 11.9.2022	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
17 e 18.9.2022	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
24 e 25.9.2022	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691



26.9.2022 (feriado municipal em Rio Brillhante)	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
3 e 4.9.2022	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
7.9.2022	3ª PJ de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati	98478-2027
10 e 11.9.2022	PJ de Batayporã	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600
17 e 18.9.2022	2ª PJ de Nova Andradina	Paulo Leonardo de Faria	98478-2048
24 e 25.9.2022	1ª PJ de Nova Andradina	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99312-3974
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
3 e 4.9.2022	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
7.9.2022	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
10 e 11.9.2022	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
17 e 18.9.2022	3ª PJ de Sidrolândia	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
3 e 4.9.2022	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
7.9.2022	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
10 e 11.9.2022	PJ de Sete Quedas	Mayara Santos de Sousa	99119-0653
17 e 18.9.2022	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Mundo Novo	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
3 e 4.9.2022	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
7.9.2022	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
10 e 11.9.2022	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
17 e 18.9.2022	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
24 e 25.9.2022	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ			
3 e 4.9.2022	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
7.9.2022	3ª PJ de Amambai	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
10 e 11.9.2022	3ª PJ de Amambai	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
17 e 18.9.2022	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Amambai	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
28.9.2022 (feriado municipal em Amambai)	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
3 e 4.9.2022	3ª PJ de Aquidauana	Jean Carlos Piloneto	99233-4361
7.9.2022	2ª PJ de Aquidauana	José Maurício de Albuquerque	99986-4384
10 e 11.9.2022	1ª PJ de Anastácio	Marcos Martins de Brito	99825-0713
17 e 18.9.2022	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Aquidauana	José Maurício de Albuquerque	99986-4384
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
3 e 4.9.2022	PJ de Sonora	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011
7.9.2022	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
10 e 11.9.2022	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
17 e 18.9.2022	PJ de Sonora	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011
24 e 25.9.2022	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Buckner	99922-8507
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
3 e 4.9.2022	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
7.9.2022	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032



10 e 11.9.2022	1ª PJ de Cassilândia	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
17 e 18.9.2022	1ª PJ de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti	99677-3534
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
3 e 4.9.2022	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
7.9.2022	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
10 e 11.9.2022	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
17 e 18.9.2022	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
24 e 25.9.2022	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
28.9.2022 (feriado municipal em Aparecida do Taboado)	2ª PJ de Aparecida de Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
3 e 4.9.2022	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
7.9.2022	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
10 e 11.9.2022	PJ de Água Clara	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192
17 e 18.9.2022	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
24 e 25.9.2022	PJ de Brasilândia	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
3 e 4.9.2022	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
7.9.2022	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
10 e 11.9.2022	PJ de Rio Negro	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
17 e 18.9.2022	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
24 e 25.9.2022	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
29.9.2022 (feriado municipal em São Gabriel do Oeste)	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
30.9.2022 (feriado municipal em Camapuã)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
3 e 4.9.2022	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518
7.9.2022	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
10 e 11.9.2022	PJ de Porto Murtinho	Mayara Santos de Sousa	99119-0653
17 e 18.9.2022	1ª PJ de Bonito	João Meneghini Girelli	99691-2601
24 e 25.9.2022	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4387/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido no período de 23.8.2017 a 22.8.2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00008585-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4382/2022-PGJ, DE 1º.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações no período de 31.8 a 2.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4383/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 4, Assep 4, nos períodos de 23 a 25.8.2022 e 30.8 a 1º.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4384/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Glória de Dourados, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Deodápolis no período de 25.8 a 13.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4385/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 39ª Zona Eleitoral no período de 25.8 a 13.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4386/2022-PGJ, DE 1º.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio compreendido nos períodos de 8.8.2006 a 31.3.2008 e 14.4.2018 a 23.8.2021, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00008503-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4391/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de setembro de 2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TEL. DO PLANTÃO: 99603-9203)
8 (19h01min) a 14.9.2022 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
14 (19h01min) a 22.9.2022 (11h59min)	7ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
22 (19h01min) a 28.9.2022 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro
28.9 (19h01min) a 5.10.2022 (11h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4365/2022-PGJ, DE 31.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Daniela Cristina Junqueira Nelli Willmer, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, a renovação da prestação de suas atribuições fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, em âmbito nacional, a partir de 10.9.2022, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 4º da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00008084-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4381/2022-PGJ, DE 31.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4339/2022-PGJ, de 29.8.2022, que designou os servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais de contrato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, de forma que, onde consta: “Contrato nº 93/PGJ/2022”, passe a constar: “Contrato nº 116/PGJ/2022”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4388/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 30/PGJ/2022, 31/PGJ/2022, 32/PGJ/2022, 33/PGJ/2022 e 34/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe de Núcleo; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo; 2) Fiscal – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe de Divisão; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4393/2022-PGJ, DE 1º.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração, símbolo MPDS-103, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a comissão responsável pelo Projeto de Gestão por Competências no âmbito do MPMS, instituída pela Portaria nº 1547/2020-PGJ, de 4.5.2020, e suas alterações, passando a referida comissão a ter a seguinte composição: o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa e os servidores Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Fabiano Alves Davy, Murilo Rolim Neto, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Nádia de Moura Mattos Motta, Reginaldo de Oliveira Vilanova, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Valdemilson Massayoshi Thaada, Wagner Carstens Marques de Sousa e Wellington Gradella Marthos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4416/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 25/PGJ/2022, 26/PGJ/2022, 27/PGJ/2022, 28/PGJ/2022 e 29/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe de Núcleo; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo; 2) Fiscal – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe de Divisão; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (Processo PGJ/10/1705/2021); e tornar sem efeito a Portaria nº 4338/2022-PGJ, de 29.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4417/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 104/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Jonathas Santos de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral (PGA nº 09.2022.00005853-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4418/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 119/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Jonathas Santos de Oliveira, Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral (PGA nº 09.2022.00007881-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4419/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora titular do Contrato nº 97/PGJ/2019, a partir de 29.3.2022, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2023/2020-PGJ, de 2.6.2020, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/3231/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4420/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente do Contrato nº 65/PGJ/2017, a partir de 29.3.2022, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1943/2020-PGJ, de 27.5.2020, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/0158/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4421/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente do Contrato nº 66/PGJ/2017, a partir de 29.3.2022, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1938/2020-PGJ, de 27.5.2020, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/0158/2017).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4422/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente do Contrato nº 52/PGJ/2019, a partir de 29.3.2022, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1899/2020-PGJ, de 25.5.2020, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/3357/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4423/2022-PGJ, DE 2.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente do Contrato nº 53/PGJ/2019, a partir de 29.3.2022, e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1904/2020-PGJ, de 25.5.2020, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/3357/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4461/2022-PGJ, DE 6.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 404/2017-PGJ, de 3.2.2017, que designou a servidora Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para exercer a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4424/2022-PGJ, DE 2.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Fernanda Tabarin Vieira Okamoto para exercer o cargo em comissão de Assessora de Inteligência, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, no Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4321/2022-PGJ, DE 25.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 66ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 69ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.9.2022, em razão de afastamento da servidora Lenice Mie Joboji, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2022, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0725/2022/CGMP/MS, de 25.7.2022.** (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00081598-4*).
- **Ofício nº 0897/2022/CGMP/MS, de 6.9.2022.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 03/CGMP/2022, publicado no DOMP nº 2689, de 21 de junho de 2022, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Campo Grande, 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, Nioaque, Jardim e Bonito, para conhecimento. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00103013-9*).

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos:

- **Ofício nº 012/2022/CPJ-Int.Dif.Col., de 27.6.2022.** A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Ariadne de Fátima Cantú da Silva, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 03/2022, da reunião extraordinária da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00068579-8*)



3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis:

- **Ofício nº 011/2022/CPJ-Cíveis**, de 22.8.2022. O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Cíveis, Olavo Monteiro Mascarenhas, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 03/2022, da reunião ordinária da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00095564-0*)

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- **Ofício nº 0242/2022/01PJ/NVR**, de 26.7.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00082337-3*)

2. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

- **Ofício nº 0000630-87.2021.8.12.0009/703167.M8709**, de 21.7.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00082010-0*)

3. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- **Manifestação**. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00088752-4*)
- **Manifestação**. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.0097166-2*)

4. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- **Ofício nº 0775/2022/CGMP/MS**, de 9.8.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00089755-5*)
- **Ofício nº 0867/2022/CGMP/MS**, de 1º.9.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00101719-1*)

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- **Ofício nº 0120/2022/01PJ/ATD**, de 1º.9.2022. (*Protocolo Unificado nº 02.2022.00100630-6*)

7. Ordem do dia:

7.1. Julgamento de processo:

7.1.1. Promoção:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00008355-2

Expediente: Aviso nº 40/2022/CSMP, 15.8.2022, publicado no DOMPMS nº 2.728, de 16.8.2022.

Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 66ª Promotoria de Justiça da comarca Campo Grande, entrância especial.

Inscrito: Promotores de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, Jorge Ferreira Neto Júnior, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, Douglas Silva Teixeira, Daniel do Nascimento Britto e Daniel Pívaro Stadniky.

Relatora-Conselheira: Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL 0013/2022/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008152-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados/MS

Assunto : Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e o Município de Dourados no bojo do Inquérito Civil n.º 06.2019.00000404-8.

Dourados, 02 de setembro de 2022

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça em substituição legal



TRÊS LAGOAS

EDITAL: 0020/2022/07PJ/TLS

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2022.00000203-6

Requerente: MAPE-ASSESSORIA, PROJETOS, EXECUCAO LTDA, MARI DALVA CRISTOVAM MOREIRA

Requerido: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SELVÍRIA/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na Licitação – Processo Administrativo n.º 99/2021 – Tomada de Preços n.º 02/2021 manejada pelo Município de Selvíria/MS, do tipo "empreitada por preço unitário, com regime de execução indireta".

Três Lagoas/MS, 31 de agosto de 2022.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

TERENOS

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00001515-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2022/PJ/TRN

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu agente signatário *in fine* assinado, em exercício na Promotoria de Justiça de Terenos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 127, caput e no 129, inciso III, bem como no artigo 27, inciso IV da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 06.2021.00001515-0, com intuito de apurar eventual irregularidade na compra de combustível pelo Município de Terenos/MS .

CONSIDERANDO que, visando a uniformização da atuação deste órgão de execução ministerial em todos os casos que são análogos, torna-se necessária a elaboração de recomendação, para padronizar a fiscalização e dar maior transparência ao tema, facilitando a verificação de eventual fraude nas execuções dos contratos.

CONSIDERANDO que da análise dos autos não se verificou, a princípio, nenhuma irregularidade no procedimento licitatório em si, todavia, constatou-se que o controle de abastecimento é realizado de forma deficiente, uma vez que a Administração Municipal não registra o nome do funcionário responsável pelo abastecimento, a quilometragem percorrida pelo veículo entre os abastecimentos, a data, a hora, entre outras informações aptas a fornecer maior segurança acerca dos gastos da Administração Municipal com a compra de combustível.



CONSIDERANDO que, em resposta, em que pese ter alegado que a Administração registra nome do motorista, quilometragem e "demais anotações" para controle de gastos, os documentos encaminhados pelo Município (f. 74-103) dão conta de que o controle de gastos é realizado por meio de notas fiscais, sem as informações mencionadas no ofício encaminhado pela Administração Municipal e sem a individualização das informações por veículo.

CONSIDERANDO que esta forma gera falta de transparência e controle no consumo de combustível.

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar Estadual 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul): "Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito" (art. 29);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993 (Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público da União) estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição esta que se estende ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução 164/2017-CNMP, "A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano";

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional cabe ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito, conforme art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público em relação à expedição de recomendações, no exercício do dever de ofício, como medida de garantia da sociedade e legítimo mecanismo de promoção dos direitos fundamentais individuais e coletivos, sem prejuízo da preservação da independência funcional assegurada constitucionalmente a seus membros;

CONSIDERANDO ser a recomendação instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que a falta de controle na aquisição e no uso de combustíveis pelo Município de Terenos/MS, pode gerar desvios e, com isso, causar prejuízos ao erário público, o que caracteriza ato de improbidade administrativa;



CONSIDERANDO que, a respeito do tema, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim se posicionou:

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE QUE O DEMANDADO, NA CONDIÇÃO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA, AUTORIZOU, NO EXERCÍCIO DE 2012, GASTOS EXCESSIVOS COM COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS MUNICIPAL, SEM QUALQUER MECANISMO RÍGIDO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO. PRETENSA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS REGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429/1992). AGRAVO RETIDO. 1. Aplicabilidade da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) aos agentes políticos. Do alcance do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal não escapam quaisquer agentes públicos, à exceção do Presidente da República. Precedentes do STJ e desta Câmara de Direito Público. 2. Competência do juízo de primeiro grau para julgar ação de improbidade manejada contra prefeito, detentor de prerrogativa de foro. Além de já estar cristalizado na jurisprudência dos tribunais superiores o entendimento de que o artigo 29, inciso X, da CF é aplicável tão somente na seara criminal, a Lei nº 10.628/2002, que acrescentou o § 2º do artigo 84 do CPP, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal a partir de 15.09.2005, em controle concentrado (ADIN 2.797-2 e ADIN 2.860-0). **MÉRITO. Falta de controle periódico e de registro individual dos gastos com abastecimento dos veículos da frota municipal no exercício de 2012 comprovada nos autos. Fato constatado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, tocantes ao exercício de 2012. Falta de transparência dos gastos públicos que ressalta da prova testemunhal produzida em juízo.** Réu que se limitou a defender a regularidade dos gastos com combustíveis para abastecimento da frota municipal de automóveis, tendo impugnando genericamente as alegações tecidas na inicial, **mas não trouxe aos autos qualquer documento apto a retratar, com o mínimo de segurança, o verdadeiro consumo, a extensão dos gastos, de maneira individualizada, e a real necessidade de abastecimento dos veículos, prova singela a ele plenamente acessível. Quadro de descontrole e de falta de planejamento e de transparência no que toca aos gastos públicos com combustíveis para abastecimento da frota municipal. Dever de transparência, consectário do princípio da publicidade (artigo 37, caput, da Constituição Federal), que vincula a Administração Pública e está no centro do bom funcionamento do Estado Democrático de Direito. Na medida em que não restou especificamente demonstrado dano preciso e concreto aos cofres municipais (ou seja, não se demonstrou que o combustível adquirido não se reverteu ao Poder Público municipal), é de se concluir que a conduta do réu se amolda à residual tipologia do artigo 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa.** Réu que agiu com má-fé no trato com a coisa pública e no dispêndio do dinheiro público, animado pelo dolo de lesar, de forma consciente e voluntária, os princípios aplicáveis à Administração Pública (o da publicidade à frente). Ato de improbidade configurado. Sanções não impugnadas especificamente no apelo e que, de toda sorte, se coadunam com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Agravo retido e apelação desprovidos. (TJSP; APL 0005086-36.2015.8.26.0483; Ac. 10462565; Presidente Venceslau; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia; Julg. 23/05/2017; DJESP 06/06/2017; Pág. 2148). Grifou-se.

CONSIDERANDO que sobre o caso, é pertinente a lição de Silvio Marques:

“O agente público pode permitir que outrem enriqueça ilicitamente tolerando ou permitindo práticas contrárias ao órgão ou entidade pública (por exemplo, autorizando que um contrato não seja completamente cumprido). Ele também pode facilitar o enriquecimento de terceiro reduzindo indevidamente as dificuldades (por exemplo, para que o terceiro cumpra um contrato). Por fim, o agente público propicia o enriquecimento ilícito de terceiro, por concurso, se contribuir para que este efetivamente obtenha vantagens ou deixe de gastar seus próprios recursos, em detrimento do erário (por exemplo, pagando despesas pessoais). É importante notar que o enriquecimento ilícito pode se dar pela transferência de bens ou pelo pagamento ou uso indevido de recursos públicos, caso em que o terceiro deixa de gastar seus próprios recursos¹”.

CONSIDERANDO que é obrigação do agente público responsável pelo abastecimento de veículos anotar no processo de liquidação da despesa “o número da placa e quilometragem registrada no hodômetro, sempre que se trate de despesa relativa a consumo de combustíveis e lubrificantes, a reposição de peças e a consertos de veículos”, nos termos do art. 15, §2º, III, da Resolução 22/2011, ratificado pelo art. 16, §2º, III, da Resolução 04/2013, todas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

¹ MARQUES, Silvio Antônio. *Improbidade Administrativa: ação civil e cooperação jurídica internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010. pp. 106-107.



CONSIDERANDO que esta obrigação visa registrar o real consumo dos veículos da administração pública, a fim de que os cofres públicos não arquem com consumo desproporcional aos veículos existentes no órgão administrativo.

CONSIDERANDO que o descumprimento desse dever também pode (a depender das demais provas existentes nos autos) levar à consumação do ato de improbidade descrito no art. 10, XI, da Lei 8.429/92.

CONSIDERANDO a necessidade de sanar a falta de transparência sobre o efetivo controle do uso de combustíveis pela frota do Município Terenos/MS;

CONSIDERANDO, por fim, que o Tribunal Contas Estadual ao proferir decisão simples nos autos TC/MS 1862/2009, Inspeção Ordinária 38/2008, decidiu determinar ao atual ordenador de despesas para que passe a conservar, para controle e fiscalização, as requisições de abastecimento de combustíveis, bem como para que tome medidas de implantar controle adequado da frota sobre abastecimentos, manutenções e outros;

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 3º da Resolução n.º 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Terenos/MS, o que segue:

1º. Aprimore o sistema de controle interno, no setor de frotas do Município, implementando medidas corretivas, a fim de corrigir as falhas identificadas e minimizar as possibilidades de desvio de recursos públicos, adotando providências como fazer cópia ou digitalização dos cupons fiscais de abastecimento para evitar que os dados neles constantes desapareçam com o decorrer do tempo;

2º. Instrua o processo de despesas com todos os documentos necessários à comprovação do bom uso dos recursos públicos (requisição, notas e cupons fiscais, etc.);

3º. Determine a realização do controle dos abastecimentos e dos horários de entrada e de saída dos veículos em manutenção, no Diário de Bordo dos veículos, no qual também tem que constar a data, quilometragem inicial da partida, horário da partida, quilometragem da chegada, horário da chegada, destino, objetivo da viagem, trajeto, assinatura do motorista e assinatura do responsável pelo setor;

4º Adote medidas de responsabilização dos motoristas por deficiências no preenchimento do Diário de Bordo, do responsável pelo setor, assim como do responsável pelo preenchimento de informações junto ao sistema informatizado;

5º Proceda ao controle eficiente de consumo de combustível, expondo de forma detalhada a placa do veículo, nome do motorista, data do abastecimento, o posto de combustível, o hodômetro anterior, o hodômetro atual, os quilômetros rodados e a quantidade de litros abastecidos, além dos outros campos eventualmente existentes em sistema informatizado contratado pelo Município;

6º No âmbito da Controladoria Interna do Município, que esta, no uso de suas atribuições legais, edite ato interno, o qual deve dispor sobre os procedimentos gerais para o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões, veículos e equipamentos em geral e do consumo de combustível por estes, bem como implemente rotina de controle e averiguação do efetivo cumprimento por parte dos servidores.

7º Disponibilização de servidores públicos efetivos para efetivar o controle do consumo de combustível nos sistemas, bem como a orientação a todos os motoristas ou servidores que utilizam os veículos sobre os procedimentos necessários para o efetivo controle

8º Apresente resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo, bem como no prazo de 60 (sessenta) dias para comprovação do cumprimento integral das recomendações;



9º. Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Terenos/MS, para fins de conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Terenos/MS, 05 de setembro de 2022

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SONORA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00000942-9

Edital nº 0020/2022/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000942-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000942-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido: Cleiton de Souza Benites;

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, em razão da construção de edificação em alvenaria às margens do Rio Correntes, no Rancho do Paraguaio, região ribeirinha da comunidade quilombola, em Sonora, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 068/3ªCIA BPMA/2022;

Sonora/MS, 05 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça Substituto

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00000941-8

Edital nº 0021/2022/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000941-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000941-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerida: Délia Barbosa das Neves;

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, em razão da construção de edificações em alvenaria às margens do Rio Correntes, no Pesqueiro Por do Sol, região ribeirinha da comunidade quilombola, em Sonora, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 078/3ªCIA BPMA/2022;

Sonora/MS, 05 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA
Promotor de Justiça Substituto

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00000938-4****Edital nº 0022/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000938-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000938-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido: Yuri Peixoto Barbosa Valeis;

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, em razão da construção de edificação às margens do Rio Correntes, na propriedade denominada "Rancho do Yuri", região ribeirinha da comunidade quilombola, em Sonora/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 070/3ªCIA BPMA/2022;

Sonora/MS, 05 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00000940-7**Edital nº 0023/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000940-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000940-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido: Suzana Coelho Lima;

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, em razão da construção de edificações às margens do Rio Correntes, no "Rancho Rio Corrente", região ribeirinha da comunidade quilombola (Família Bispo), em Sonora, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 072/3ªCIA BPMA/2020;

Sonora/MS, 05 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2022.00000939-5**Edital nº 0024/2022/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000939-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000939-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido: Ednamar Valezi;

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, em razão da construção de edificação em alvenaria nas margens do Rio Correntes, no Rancho Vó Dina, região ribeirinha da comunidade quilombola (Família Bispo), em Sonora, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 069/3ªCIA BPMA/2022;

Sonora/MS, 05 de setembro de 2022 .

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto